

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 225 , DE 2010

Sugere projeto de lei que acrescenta o art. 1.565-A e 1.565-B ao novo Código Civil.

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESUL

Relator: Deputado PAULÃO

I – RELATÓRIO

Trata-se de Sugestão apresentada pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul – CONDESESUL, com o objetivo de prever a comunicação a determinados órgãos públicos da alteração de nome dos nubentes, por ocasião do casamento.

Em sua justificativa, o autor afirma que “o objetivo da presente proposta é evitar fraudes ao sistema de segurança pública, fiscal e previdenciário decorrente das mudanças de nomes, ressaltando que hoje é possível casar várias vezes e alterar o nome e isto pode ser um meio de fraudar os meios jurídicos”.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, observa-se que, de acordo com a declaração prestada pela ilustre Secretaria da Comissão, foram atendidos os

requisitos formais previstos no artigo 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa.

Passo ao exame do mérito. A proposta é importante para o aperfeiçoamento do sistema jurídico brasileiro, na medida em que tal comunicação feita pelos nubentes permite a atualização dos seus dados cadastrados em órgãos públicos.

A mudança de nome visa a evitar diversos problemas, no que concerne aos sistemas fiscal, previdenciário e de segurança pública. Além disto, há as implicações relativas aos credores dos nubentes, o que torna necessário realizar essa comunicação de mudança de nomes, a fim de evitar transtornos nos negócios jurídicos.

Por todo exposto, meu voto é pela aprovação da Sugestão nº225/2010, na forma do Projeto de Lei em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado PAULÃO
Relator

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013
(Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)

Acrescenta o art. 1.565-A ao Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê comunicação de alteração de nome de nubentes.

Art. 2º. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1.565-A:

Art. 1.565-A. Quando os nubentes alterarem o nome no momento do casamento deverão comunicar o novo nome, em até trinta dias, à Secretaria da Receita Federal, à Secretaria de Fazenda do Estado ou à Secretaria Municipal de Fazenda, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ao órgão de segurança expedidor da Carteira de Identidade.

§1º. Esta comunicação poderá ser delegada ao respectivo Cartório ou à autoridade religiosa responsável pela celebração do casamento.

§2º. Esse procedimento aplica-se também aos casos de retificação do registro civil e de interdição.

§3. No caso de divórcio, essa comunicação será feita pelo juiz ou tabelião.”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado PAULÃO